

Europeus questionam empréstimos do BIRD ao Brasil, dizem EUA

por Paulo Sotero
de Washington

"O governo dos Estados Unidos ainda não decidiu que posição tomara em relação a dois empréstimos do Banco Mundial para o Brasil. Esta afirmação foi feita pelo vice-secretário adjunto do Tesouro, James Conroe, ao jornal New York Post. Conroe disse que Washington não estabeleceu nenhuma ligação entre a atitude que tomara em relação aos empréstimos e a posição que o go-

"Brasil não pode ficar na lista dos devedores"

por Cláudio Sfatello
de Brasília

O ministro da Fazenda, Dilsen Funaro, reforçou a tese do governo brasileiro de que o País, "não pode mais ficar na lista dos devedores" e deseja um tratamento que a comunidade financeira internacional concede a países como a Coreia, "que deve aos bancos internacionais, consegue reescalonar sua dívida anualmente e recebe novos empréstimos".

Funaro disse que, na reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI), em abril último, em Washington, o Grupo dos 10 (na verdade, são onze países ricos, incluindo a Suíça) redigiu um comunicado enfatizando a necessidade de os países que desejassem um acordo de reescalonamento no âmbito do Clube de Paris, recorrerem previamente a um acordo com o FMI. Já no comunicado do comitê interino, no qual nações desenvolvidas e subdesenvolvidas têm assento, essa referência foi retirada e incluiu-se a possibilidade de maiores "flexibilidades" às nações que fizem sem seus ajustamentos internos.

O ministro da Fazenda explicou que, com base nessa maior "flexibilidade", o Brasil elaborou uma forma de pagamento dos débitos atrasados junto ao Clube de Paris. De lá para cá, porém, alguns países estão insistindo na necessidade de ou um acordo "stand by" com o FMI, que é um acordo duro, que pressupõe metas trimestrais e "waivers" em caso de desobedecimento das metas, ou um monitoramento do tipo aplicado à Venezuela, denominado "enhanced surveillance". Outras nações aceitam o reescalonamento sem aval do Fundo. O ministro não cita quais.

"Depois disso, a nossa atitude é de demonstração de vontade de pagar os juros, para reabrir alguns eximibanks." Funaro não especificou, mas um assessor seu confirmou a este jornal que houve suspensão de linhas de financiamento à importação por parte de alguns organismos financeiros oficiais.

Essa vontade, segundo o ministro da Fazenda, foi demonstrada com a "proposta unilateral" do Brasil de saldar 15% dos débitos relativos aos contratos assinados com o Clube de Paris até 31 de março de 1983, com vencimentos a partir do dia 1º de janeiro de 1985 até 30 de abril último.

O valor total desses débitos, entre juros e principal, atingiria US\$ 2,6 bilhões e os 85% restantes seriam rolados por 15 anos com 5 de carência. Os juros vencidos a partir do dia 1º de maio passado estão sendo pagos aos governos reunidos no Clube de Paris e as amortizações depositadas numa conta intransferível, no Banco Central do Brasil, à espera de um acordo.

"FORA DA CRISE"

O ministro quer que os credores internacionais entendam que o Brasil "não deseja mais viver dentro da crise. Uma grande nação, que deverá ser a 6ª ou 7ª economia do mundo no final do século, não pode ficar numa lista de devedores. Isso é um erro nosso e deles", acentuou Funaro, acrescentando que "nós estamos corrigindo esse erro".

verno brasileiro assumiu nas negociações de sua dívida oficial com o Clube de Paris, de buscar uma renegociação sem ir ao Fundo Monetário Nacional. "Nossa decisão será tomada nos méritos econômicos dos dois empréstimos." O alto funcionário do Tesouro afirmou, no entanto, que os governos dos países europeus, que juntamente com os EUA detêm a maioria dos votos na diretoria do BIRD, "estão questionando" se o Banco Mundial deve "endossar" a recusa do Brasil de ir ao FMI aprovando "grandes projetos setoriais para o Brasil". Esta é a primeira vez que um alto funcionário do governo de um dos países credores reconhece, publicamente, a existência de problemas políticos para a aprovação dos dois empréstimos. Funcionários brasileiros ouvidos por este jornal procuraram minimizar as declarações de Conroe. Sabe-se, no entanto, que houve intensa troca de telefonemas entre Brasília e as capitais dos países industrializados para assegurar a aprovação dos dois empréstimos. E certo, também, que existe grande

apreensão no Banco Mundial em relação ao destino dos dois empréstimos.

Os empréstimos em questão, de US\$ 500 milhões cada, visam ao financiamento da reforma dos setores elétrico e agrícola do País e já foram aprovados a nível técnico pelo BIRD. A votação do empréstimo para o setor elétrico está marcada para esta quinta-feira. O empréstimo para o setor agrícola está na agenda da reunião do BIRD no próximo dia 24. Eles são os maiores financiamentos que o BIRD já negociou com o País e sua aprovação é particularmente importante por duas razões: por um lado, o BIRD é hoje a principal fonte de novos recursos para o País. Por outro, a rejeição ou adiamento dos dois ou mesmo de um dos empréstimos deixaria o Brasil com um magro portfólio de empréstimos do BIRD no ano fiscal 1985/1986, que se encerra no próximo dia 30.

Conroe disse ao New York Post que Washington "não estudou" a ligação estabelecida pelos europeus. Mas indicou a seriedade dessa ligação. "Nós

estamos entrando em áreas em que nunca estivemos antes. Toda essa relação entre o Brasil, o Clube de Paris e o FMI deve ser estabelecida para benefício de outros países", afirmou.

Nas últimas semanas, funcionários norte-americanos haviam sugerido, em Brasília e em Washington, a possibilidade de os empréstimos setoriais do BIRD virem a esbarrar no impasse que parece persistir entre o governo brasileiro e seus credores oficiais. A oferta de pagamento de 15% dos atrasados de 1985 e 1986 e o anúncio feito na semana passada pelo presidente do Banco Central, Fernando Bracher, de que o País retomaria os pagamentos aos credores oficiais a partir de maio, não parecem ter feito maior diferença.

Segundo fontes não identificadas citadas pelo New York Post, os EUA, na realidade, já teriam decidido votar contra os dois empréstimos e estariam mobilizando apoio da Inglaterra, Canadá, Alemanha, Japão, França e Itália para barrar os dois financiamentos. Conroe negou a informação.